



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019 - Nº 22/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos treze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos e António da Conceição Moreira. Verificou-se a ausência da Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, por motivos pessoais. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.**

Proposta de Ata n.º 20/2019 - Reunião realizada no dia 12/11/2019.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 02 – Protocolo de Colaboração – Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo – ALPIARÇA.**

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

**Ponto 03 – Proposta para atribuição de apoio – Coro Polifónico de Alpiarça da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º Dezembro.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**



**Ponto 04** – Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Regulamento do Serviço de Águas residuais Urbanas.

Município de Alpiarça/Águas do Ribatejo

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

**Ponto 05** – Empreitada “Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal” - Prorrogação do Prazo.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:**

**Ponto 06** – Proposta – Coordenadora Técnica – Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4ª Geração.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Ponto 07** – Proposta para Abertura de Procedimento para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no Valor de 750.000,00€ - Ano de 2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

**Ponto 08** - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 - Câmara Municipal de Alpiarça

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

## **ABERTURA DA REUNIÃO**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram



quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia doze de Dezembro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 532.475,30 Euros (quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta cêntimos).

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Presidente

Começou por se referir à situação dos CTT, dizendo que o Município e o Presidente da Câmara procuraram, no que diz respeito ao serviço e à sua qualidade, em todas as circunstâncias, nas reuniões e tomadas de posição públicas, nas moções que foram aprovadas em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, referenciar as questões de perda de qualidade do serviço e a forma como isso afeta a população de Alpiarça. Sublinhou que estas tomadas de posição aconteceram nas reuniões institucionais com o Conselho de Administração dos CTT, com a ANACOM, com a Comissão especializada da Assembleia da República e nas várias manifestações realizadas. Relativamente à distribuição postal lembrou que esta há muito tempo não é feita a partir de Alpiarça, sendo feita a partir de Santarém, mas é da opinião que o principal problema é a falta de carteiros, com tudo que isso implica, com giros de entrega de correio muito mais longos à custa muitas vezes do tempo de descanso dos trabalhadores. Afirmou que estas questões têm sido sempre discutidas em todas as reuniões e que a preocupação central em todo este processo era a reabertura da Estação dos CTT em Alpiarça, havendo também preocupação com a qualidade do serviço e com o atraso na distribuição de correspondência, como uma preocupação de todos os autarcas e das populações, em todo o país. Declarou que a Câmara de Alpiarça deve continuar a manter uma posição que aponte para a necessidade clara de voltar a nacionalizar os CTT, dando nota que o PCP, o PEV e o BE têm propostas nesse sentido, de reversão da privatização e da renacionalização dos CTT como forma única de garantir a universalidade do serviço público e os princípios de igualdade em todo o território nacional.

Vereador António Moreira

Cumprimentou os presentes e referiu-se também à questão dos CTT. Disse que as pessoas, com



maior ou menor dificuldade, com melhores ou piores condições de trabalho, devem ser, no mínimo, profissionais. Afirmou que não é contra os carteiros, mas acha que se as pessoas não conseguem fazer o seu trabalho como deve ser, devem dar conhecimento dessa situação aos patrões e fazer o seu trabalho de forma profissional. Lembrou que já chamou à atenção em reuniões de Câmara sobre problemas de distribuição do correio no Frade de cima.

O Presidente disse que o problema não é no Frade de Cima mas sim desde Vilar de Mouros, em Caminha até Monte Gordo em Vila Real de Santo António.

O Vereador António Moreira continuou dizendo que foi das pessoas que alertou para a situação da distribuição do correio, que não estava bem, mas posteriormente constatou que a distribuição do correio estava um pouco melhor. Deu conhecimento de uma situação a que assistiu nas Águas do Ribatejo que o deixou bastante preocupado, de uma Munícipe com casa em Alpiarça e que se apresentou com seis cartas das AR que foram metidas na sua caixa do correio e que estavam lá há quinze dias, com prazos para pagamento já ultrapassados. Reiterou que as pessoas devem ser profissionais e responsáveis e se não tiverem tempo de fazer o serviço, devem comunicar ao seu chefe. Deu nota de um problema na Pré-primária de Alpiarça, que tem a ver com a entrada das crianças pela Rua Maria Luísa Falcão, local que considera impróprio, sobretudo quando chove. Sugeriu que se não houver possibilidade de resolver o problema, a entrada das crianças seja feita pela Avenida Carlos Relvas, considerando que existem condições de proteção, através de um telheiro que vai desde a entrada até à escola Pré-primária. Falou de seguida sobre o Largo dos Águas, onde transmitiu que tem havido situações de quase conflito e acha que se devia ordenar aquela situação, com a entrada de veículos para o parque pela Rua José Relvas e saída pela Rua Alfredo Lima. Sugeriu ainda limitar o estacionamento por um determinado período de tempo, para evitar que os carros estejam estacionados durante dias ou mesmo uma semana no parque. Entende que o Município devia tomar algumas providências sobre esta situação. Mencionou uma situação na zona do Complexo Desportivo sobre o alagamento da rua durante os períodos de chuva, na qual foi feito um rasgo, indo a água para um terreno ao lado, o que acha que não está correto para além de ser perigoso. Referiu que a ciclovia e o passeio continuam cortados e perguntou se era mais fácil cortar o passeio ou desentupir as fossas que lá existem. Sobre o pátio do Município, comparou-o à lixeira da Raposa, dizendo que não está muito melhor, sendo fácil ver candeeiros partidos, sofás e materiais de construção e seria bom que as coisas fossem feitas com



cabeça, tronco e membros. Considerou que o pátio está numa desorganização total.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Cumprimentou os presentes e fez a relação dos serviços efetuados desde a ultima reunião de Câmara, com destaque para a limpeza urbana nos lugares e sede do Concelho, bem como a deserbização das ruas da vila. Salientou ainda o apoio à desinfestação dos coletores pluviais do concelho e o apoio logístico a diversas iniciativas, como a realização do espetáculo do Coro Polifónico da SFA na Igreja Matriz. Destacou a realização da Arte Natal que, devido a obras no Mercado, está a decorrer no Pavilhão da Alpiagra.

Presidente

Realçou também a Arte Natal e a forma com está a decorrer, dando nota que as críticas têm sido positivas. Respondendo às questões colocadas disse que, relativamente aos correios e ao atraso na distribuição da correspondência, o que se tem de fazer é a denuncia da situação ou seja, a reclamação que, muitas vezes não chega à ANACOM nem à Administração dos Correios. Referiu no entanto que essa denuncia tem sido feita pelos sindicatos e pelos trabalhadores que se têm manifestado junto da Administração dos CTT, bem como da Residência Oficial do Primeiro Ministro e da Assembleia da Republica, com reflexos na comunicação social, havendo por isso muita informação sobre a falta de pessoal nos CTT, sobretudo ao nível da distribuição postal, com tudo o que isso implica quer em termos da degradação das condições laborais, quer ainda na qualidade global na prestação de serviços à população. Relativamente à entrada para a Escola Pré-primária, esclareceu que essa é uma entrada de recurso, considerando que a entrada principal será sempre pela Avenida Carlos Relvas, sendo essa gestão feita pela Direção do Agrupamento de Escolas, em articulação com as educadoras. Salientou que o que a Câmara procura fazer é melhorar com saibro e com recurso à niveladora a entrada referida, mas quando chove fica sempre em mau estado. Abordou a questão do Largo do Águias, transmitindo que há situações pontuais e lembrou que houve um dia de algum conflito causado por uma situação excecional, com a entrega de prémios de um concurso de pesca com muitos participantes, muitos deles de fora do concelho que, não estando familiarizados com o parque, deixaram os carros em situação menos própria. Recordou que a sugestão de saída dos veículos pela Rua Alfredo Lima, já tem sido falada e está em fase de



estudo.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Referiu-se à situação do Parque do Largo do Águias, confirmando que está em fase de análise pelo Gabinete de Planeamento e Prevenção em conjunto com o Fiscal Municipal, que estão a preparar uma proposta para toda a zona, que inclui também a zona do Mercado Municipal. Relativamente ao corte na ciclovia, confirma que foi feito com o propósito de precaver algum acidente naquela zona que fica inundada quando chove, dando nota que se está a aguardar a entrega tubos para fazer a ligação aos pontos de recolha da água. Salientou que o problema não é só uma questão de limpeza, mas sim de escoamento deficiente das águas que só começam a sair a partir de um determinado nível. Esclareceu que a situação é provisória e só se mantém porque não se sabe se ainda vai chover de forma intensa. Em relação ao pátio do Município, reconhece o estado em que o mesmo se encontra e que não é agradável de se ver mas acha que é preferível os monos estarem naquele espaço do que espalhados pelas ruas ou junto dos contentores do lixo. Lembrou que o que se encontra naquele espaço são monos recolhidos diariamente.

O Presidente referiu ter ficado impressionado pela quantidade de colchões depositados no aterro da Raposa e que são recolhidos em todos os concelhos que integram a Resiurb.

O Vereador Carlos Jorge Pereira continuou para dizer que não é fácil fazer o transporte diário ou mesmo semanal dos monos de Alpiarça para o aterro da Raposa. O que se faz é de tempos a tempos recorrer à contratação de um serviço para fazer vários carregamentos e entregas no aterro, o que irá acontecer novamente no início do ano.

O Vereador António Moreira disse que o que não entende é mistura dos vários tipos de monos.

O Vereador Carlos Jorge Pereira transmitiu que os monos têm de ser descarregados nos espaços que estiverem livres no momento.

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**Ponto 01** – Ata para apreciação e votação.



Proposta de Ata n.º 20/2019 - Reunião realizada no dia 12/11/2019.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Vereador Carlos Jorge Pereira fez a seguinte proposta de correção: na página vinte e um, linha vinte e cinco, onde está “prque”, deve estar “porque”.

O Presidente fez também a seguinte proposta de correção: na página seis, linha oito onde está “Vereadore”, deve estar “Vereador”. O Presidente fez ainda as seguintes propostas de alteração: na página dezassete, linha vinte e três onde se lê “..., são da responsabilidade de quem...”, deve ler-se “..., é de quem...”; na mesma página, a seguir à linha vinte e cinco, acrescentar “ Referiu ainda que considera justo que os edifícios destinados a atividade política, cívica e religiosa sejam isentos do pagamento deste imposto.”.

O Presidente colocou de seguida a Ata à votação, com as alterações propostas, que foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 02 –** Protocolo de Colaboração – Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo – ALPIARÇA.

Município de Alpiarça

**Para Conhecimento:**

O Presidente salientou que o Protocolo foi assinado em Novembro de dois mil e dezanove entre o Presidente da Câmara de Alpiarça e o Presidente da Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo.

O Vereador Carlos Jorge Pereira confirmou que foi submetida uma candidatura para criação de uma estrutura de apoio ao autocaravanismo no Concelho de Alpiarça, através da linha de Valorização Turística do Interior, do Turismo de Portugal.

O Vereador António Moreira colocou uma questão sobre o Ponto seis do Protocolo. O Vereador Carlos Jorge Pereira esclareceu que a candidatura tem um valor de cento e oitenta e três mil cento e oitenta e oito euros e trinta e nove cêntimos e será implantada num terreno junto ao Parque de Campismo.

O Presidente deu conhecimento que nesta segunda fase candidataram-se os Municípios de Alpiarça, Chamusca, Estremoz, Fronteira, Montemor, Mora, Nisa, Santarém e Sines.



O Vereador António Moreira perguntou se já havia a garantia de aprovação da candidatura, ao que o vereador Carlos Jorge Pereira respondeu que todas as candidaturas estão sujeitas a aprovação ou não, tendo ainda confirmado que o Município correspondeu a tudo o que foi solicitado.

A Câmara tomou conhecimento.

**Ponto 03** – Proposta para atribuição de apoio – Coro Polifónico de Alpiarça da Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º Dezembro.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Vereador Carlos Jorge Pereira esclareceu que se trata do habitual concerto de boas festas que o Coro efetua todos os anos na Igreja e que este espetáculo necessita de umas condições técnicas mais específicas. Não havendo capacidade financeira por parte do Coro para fazer face a essas despesas, foi solicitado à Câmara o apoio para esse efeito.

O Vereador António Moreira disse que não iria votar contra, mas perguntou se o subsídio que vai todos os anos para SFA 1º de Dezembro não prevê uma parte dessa verba para o Grupo Coral.

O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que as despesas com o concerto deste ano é superior à dos anos anteriores, devido à exigência de um piano com uma contrapartida em termos financeiros.

Dados os esclarecimentos, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

**Ponto 04** – Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e de Regulamento do Serviço de Águas residuais Urbanas.

Município de Alpiarça/Águas do Ribatejo

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

O Presidente esclareceu que estes Regulamentos já estiveram presentes em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal numa primeira fase, tendo havido posteriormente um período para consulta pública. Mencionou que, com base no parecer da ERSAR e nas propostas que surgiram no âmbito da consulta pública, o Conselho de Administração das Águas do Ribatejo voltou a aprovar uma nova proposta de Regulamentos, que foram também aprovados em Assembleia Geral da





empresa. Os documentos serão agora apreciados e votados em reunião de Câmara, que deverá remeter posteriormente para a Assembleia Municipal, para a aprovação final. Salientou ainda que os Regulamentos necessitavam de atualização e de revisão, por força da nova legislação que enquadra estas áreas das águas e do saneamento.

O vereador António Moreira perguntou se os Regulamentos foram aprovados por unanimidade, na Assembleia Geral das “AR”, tendo o Presidente respondido que sim.

O Presidente colocou as propostas de Regulamentos à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Foi ainda deliberado remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

**Ponto 05 – Empreitada “Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal” - Prorrogação do Prazo.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:**

O Presidente deu conhecimento que o prazo para execução das obras do Mercado Municipal termina na data em que se realiza esta reunião, reconhecendo que há algum atraso, justificado pela empresa. Salientou que o Gabinete Técnico e os serviços de fiscalização, bem como o Vereador Carlos Jorge Pereira têm acompanhado o processo e o Presidente, que já reuniu com a empresa e com os técnicos, entende que há algumas justificações que poderão levar a aceitar a prorrogação solicitada.

O Vereador Carlos Jorge Pereira informou que durante o mês de Novembro a empresa Miraterras solicitou a concessão de prorrogação graciosa do prazo de execução da obra por um período de noventa dias. Confirmou que o Gabinete Técnico considerou que as justificações apresentadas pelo empreiteiro fundamentam o pedido mas não considera o pedido por um prazo de noventa dias, propondo antes um prazo de sessenta dias, com o qual o Vereador está de acordo.

O Vereador António Moreira disse que não estava na surpreendido com esta situação e que o Presidente havia dito na ultima reunião que estava tudo dentro do prazo.

O Presidente disse na altura que a obra estava dentro do prazo e que havia alguns aspetos que estavam atrasados.

O Vereador António Moreira retorquiu dizendo que na sua opinião toda esta situação foi mal gerida pelo município.



O Presidente referiu que esta é uma situação perfeitamente normal, mas, de forma a clarificar a posição do Sr. Vereador António Moreira, o Presidente perguntou-lhe qual era a sua opinião sobre a duração da seguinte obra, realizada nos mandatos do PS: uma obra do ano de dois mil, com um prazo de execução de cento e oitenta dias e que demorou mil trezentos e trinta e cinco dias a concluir.

O Vereador António Moreira lembrou que no dia em que a obra do mercado foi apresentada em reunião de Câmara disse logo que o tempo para a sua execução era muito curto. Considerou ainda que as desculpas da empresa para a concessão da prorrogação do prazo, algumas têm nexos, outras não têm nexos nenhuns. Referiu ainda que não tem nenhuma proposta para votar.

O Presidente disse que a proposta vai no sentido de aceitar os termos e os fundamentos da Informação Técnica, ou seja a concessão de sessenta dias.

O Presidente referiu um conjunto de obras realizadas com o executivo do Partido Socialista, cujos prazos foram largamente ultrapassados. Disse que o que quer demonstrar é que a obra do Mercado e outras obras recentemente realizadas derraparam ligeiramente nos seus prazos de execução. Afirmou ainda que o que a Câmara podia fazer era aplicar coimas ou entrar em processos judiciais, que foi prática noutra época, com o arrastar das obras e com o deslizar não só dos prazos mas também dos pagamentos e lembrou que foi este executivo que teve de proceder ao pagamento de milhões de euros de obras, cuja forma de resolver foi através de contencioso judicial. Declarou ainda que é um ponto de honra deste executivo não deixar isso para as novas gerações de autarcas e de alpiarcenses.

A Engenheira Carla Cunha prestou alguns esclarecimentos. Mencionou que o empreiteiro teve algumas dificuldades em conseguir reunir pessoal para o arranque da obra. Surgiram ainda outras questões, algumas que a Engenheira Carla Cunha considera que são válidas, como é o caso do sistema de combate a incêndios que a empresa não tinha previsto, situação que está agora a ser tratada. A colocação de soleiras e peitoris nas lojas do Mercado não estava contemplada na empreitada mas tecnicamente acha aconselhável a sua colocação, para evitar a entrada de águas pluviais para o interior das lojas. Nesta altura o empreiteiro podia ter logo feito um pedido de extensão do prazo e não o fez, sendo um direito que lhe assistia. Acrescentou ainda que os trabalhos de recuperação da estrutura de suporte da cobertura demoraram mais tempo do que estava previsto. Referiu também que enquanto os trabalhos estiveram a decorrer dentro do



Mercado ao nível da cobertura e havia que montar andaimes, não podiam haver máquinas em circulação e os outros trabalhos foram ficando atrasados. Acrescentou que assim que esses trabalhos acabaram, as obras começaram a andar a bom ritmo, mas não era possível recuperar os atrasos. Outra questão que salientou foi o facto de todos os trabalhos estarem a ser feitos com a presença dos lojistas, o que tem condicionado o andamento normal das obras e o tempo no mês de Novembro que foi muito chuvoso, atrasou também os trabalhos na cobertura. Disse não concordar com o prazo de noventa dias pedido pela empresa e que, no seu entendimento, os sessenta dias são suficientes para compensar os atrasos.

O Vereador António Moreira perguntou se o piso superior não estava limpo, como é referido pela empresa e se as lojas têm de ser reparadas uma por uma, por não estar previsto no projeto que estas estariam a funcionar.

O Vereador Carlos Jorge Pereira respondeu relativamente à questão da limpeza do primeiro piso, dizendo que os Escuteiros foram contactados várias vezes para o fazer e teve de ser a Câmara com os seus funcionários a executar esse serviço. Salientou ainda que, na sua opinião, os cento e oitenta dias eram suficientes para a realização da obra, se a empresa tivesse correspondido logo a partir do momento da assinatura do contrato e avançado com os trabalhos de forma sistemática e diariamente. Reconhece no entanto que, com o mês de Novembro muito chuvoso, houve algum impedimento para que os trabalhos decorressem normalmente, o que motivou alguns atrasos. Realçou que o Engenheiro Filipe, como responsável da obra, acompanha-a constantemente e fala com quem está no Mercado, colocando os arrendatários ao corrente das situações e comentou que já se sabia que ao intervir naquele espaço, com as lojas a funcionar, iriam haver incómodos.

O Presidente sublinhou que a alternativa seria retirar todas as pessoas do espaço e que a empresa referiu logo no início que esse facto iria atrasar os trabalhos.

A Engenheira Carla Cunha explicou que a empresa achava que podia, no caso da substituição das janelas, intervir nas lojas todas ao mesmo tempo mas, com as lojas a funcionar, esse trabalho tem de ser feito loja a loja, o que leva mais tempo a executar. Acrescentou ainda que a empresa pensou na obra de uma forma mas depois a realidade era outra, porque as lojas estão ocupadas e a funcionar.

Esgotada a discussão, o Presidente colocou a proposta de prorrogação do prazo da obra do Mercado Municipal por sessenta dias, nos termos e fundamentos da Informação Técnica, tendo



sido aprovada com três votos a favor (CDU) e um voto contra (PS).

**Ponto 06** – Proposta – Coordenadora Técnica – Programa de Contratos Locais De Desenvolvimento Social 4ª Geração.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

O Vereador João Pedro Arraiolos explicou que a proposta vem na sequência do pedido de substituição da anterior coordenadora técnica do programa CLDS 4G que por motivos pessoais não pôde continuar a assegurar o projeto. Houve por isso necessidade, por parte da entidade coordenadora, a ARPICA, de recrutar uma outra coordenadora para o projeto, que terá de ser nomeada pela Câmara Municipal, depois de ter sido submetida ao plenário do CLAS, cuja proposta é de se nomear a Doutora Daniela Patrícia Beja dos Santos.

Não havendo questões a colocar, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e uma abstenção (PS).

**Ponto 07** – Proposta para Abertura de Procedimento para Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo no Valor de 750.000,00€ - Ano de 2020.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que tal como em anos anteriores, o Município vai recorrer à contratação de um empréstimo de curto prazo, para suprir dificuldades de tesouraria que decorrem ao longo do ano. Trata-se de um instrumento para superar constrangimentos de tesouraria e não remete para o conceito de dívida do Município. Salientou que no levantamento que foi feito, o valor necessário é de setecentos e cinquenta mil euros e, conforme decorre da lei foi feita consulta à banca. Esta proposta terá de ser submetida à Assembleia Municipal.

Não houve intervenções. O Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e uma abstenção (PS). Foi ainda deliberado submeter a proposta à Assembleia Municipal, para apreciação.



**Ponto 08** - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 - Câmara Municipal de Alpiarça

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

O Presidente sublinhou que o Orçamento para dois mil e vinte tem um valor próximo dos dez milhões de euros, à semelhança dos anos mais recentes e que pretende ser um orçamento equilibrado, com o maior rigor possível tendo em conta a situação financeira global do Município e as exigências que se colocam. Salientou que é um orçamento que continua na linha de aposta nas funções sociais do Município na educação, na ação social, na cultura, no desporto, através do apoio ao movimento associativo do concelho. Destacou ainda a dinamização económica e a própria Proteção Civil concelhia e , em traços gerais, o que são as realizações, as obras e os investimentos mais relevantes inscritos no orçamento, começando pela conclusão da empreitada de requalificação e modernização do Mercado Municipal. Mencionou também a requalificação da Escola EB 2,3 S de Alpiarça, o trabalho de recuperação e requalificação, aproveitando fundos comunitários, das escolas do primeiro ciclo e jardins de infância, a construção de um parque de autocaravanismo, a construção dos Balneários do Estádio Municipal, a limpeza e recuperação da Vala de Alpiarça, a começar brevemente. Destacou ainda a recuperação da Albufeira dos Patudos, a realização de novos festivais gastronómicos, a prossecução do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Educativo, o reforço do socorro e combate aos incêndios com a aquisição de novas viaturas para os Bombeiros Municipais, o apoio aos estudantes do ensino superior, mantendo a linha das bolsas de estudo e a construção do novo quartel da GNR, sendo aqui os custos da responsabilidade do Ministério da Administração Interna e a Câmara a dona da obra.

O Vereador João Pedro Arraiolos disse que o Presidente descreveu os principais investimentos inscritos no orçamento para dois mil e vinte, sendo que alguns estão diretamente refletidos no documento, outros com programas a definir correspondente à possibilidade de candidaturas, algumas de forma muito concreta como é o caso do parque de autocaravanismo, cuja candidatura já foi submetida. Afirmou que a obra de recuperação de toda a Escola EB 2,3 Secundária está numa fase muito adiantada para apresentação da candidatura e igualmente no que diz respeito às escolas do primeiro ciclo. Salientou que é um orçamento que reflete toda a atividade do Município



e tem uma estrutura semelhante a anos anteriores, sendo que nas Grandes Opções do Plano o investimento está dividido em seis virgula seis por cento nas funções gerais, cinquenta e dois virgula sete por cento nas funções sociais e trinta virgula cinco por cento nas funções económicas. Realçou que o documento tem um grande contributo dos diversos serviços do Município, porque, para além de ser um documento técnico, é também a congregação de toda a atividade da autarquia. Referiu que há questões que podem vir a condicionar os orçamentos dos Municípios nos próximos tempos que é a possibilidade da transferência de competências a partir de Janeiro de dois mil e vinte e um, em que as funções que tradicionalmente os Municípios têm vindo a desempenhar irão ser aumentadas e que poderão substituir-se àquilo que são hoje as funções sociais do estado, que estão sub orçamentadas e com serviços a degradarem-se cada vez mais, o que irá sobrecarregar a responsabilidade dos Municípios. Destacou de seguida e resumidamente toda a composição do documento, que contou de uma forma dinâmica com a colaboração dos funcionários do Município em todos os aspetos. Acrescentou que se pretende avançar com sistemas de vídeo vigilância em alguns edifícios que tem sido alvo de vandalismo, como é o caso da Biblioteca Municipal. Realçou ainda outros aspetos das Grandes opções do Plano, como a educação, a ação social, o ordenamento do território, o ambiente, onde se pretende reconverter toda a área da albufeira dos Patudos, a cultura, com a continuação do Torreão Art Fest, entre outros, o apoio ao associativismo e o desporto. Destacou também a realização das feiras, a Alpiagra e o Festival do Melão, a Arte Natal, bem como a participação do Município em diversas feiras de dimensão nacional, como a BTL, a Feira Nacional da Agricultura e o Festival Nacional de Gastronomia.

O Vereador António Moreira é da opinião que estes documentos são difíceis de interpretar e acha que são uma repetição de muitas coisas que veem de outros anos. Fez referência a alguns aspetos que lhe chamaram a atenção como os polidesportivos serem para praticar desporto, repetições de arranjar balneários, de arranjar a vala, a Nave Desportiva. Falou ainda sobre a dinamização do comércio local, não conseguindo perceber onde está essa dinamização. Relativamente ao Festival do Melão reconhece que tem vindo a melhorar, acha que a Alpiagra está sempre dentro da mesma norma. Chamou a atenção no índice do orçamento, onde está uma gralha na data, que deve ser alterada e corrigida. Fez uma referência ao Mapa de pessoal, colocando uma questão que foi esclarecida pelo Vereador João Pedro Arraiolos. Chamou a atenção para a minuta da ata da



Agroalpiarça, que no seu entendimento podia estar mais completa. Colocou uma questão relativamente aos valores da publicidade e da valorização ambiental da Albufeira dos Patudos, que foi esclarecida pelo Doutor Nuno Paulino e pelo Executivo.

Esgotada a discussão o Presidente colocou a Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2020 à votação, tendo sido aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e uma abstenção (PS).

Deliberado ainda submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

**Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Municípes, dando início ao Período do Público.**

#### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções.

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.